

Evolução e características do emprego no setor bancário*

Evolution and characteristics of employment in the banking sector

HUGO E. A. DA GAMA CERQUEIRA**, ***

WILSON A. COSTA DE AMORIM****

RESUMO: Este artigo analisa os efeitos de transformações recentes no sistema bancário brasileiro sobre o nível e a composição do emprego nesse setor. Indicamos as medidas adotadas pelos bancos para ajustar a baixos níveis de inflação e suas consequências sobre o nível de emprego, a rotatividade e a distribuição espacial do pessoal. Também discutimos as mudanças no perfil dos funcionários associadas à intensificação da automação e mudanças no gerenciamento do processo de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Demanda por emprego; desemprego.

ABSTRACT: This article analyses the effects of recent transformations in the Brazilian banking system on the level and composition of employment in this sector. We indicate the measures taken by banks in order to adjust to low levels of inflation and its consequences over the level of employment, the turnover, and the spatial distribution of personnel. We also discuss the changes in the employees' profile associated with the intensification of automation and changes in the management of the labor process.

KEYWORDS: Labor demand; unemployment.

JEL Classification: J23; K01.

* Somos gratos à Profa. Maria Cristina Cacciamali e à Maria Dolores Montoya Dias pelos comentários. O trabalho beneficiou-se ainda das críticas e sugestões de colegas do DIEESE, particularmente daqueles que integram a “linha bancários”, aos quais gostaríamos de expressar nossos agradecimentos. Os equívocos remanescentes são de nossa exclusiva responsabilidade.

** PProfessor de Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil. E-mail: hugo@cedeplar.ufmg.br. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-1036-0547>.

*** Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

**** Economista e Coordenador Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, São Paulo/SP, Brasil. E-mail: wamorim@usp.br. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0983-1447>.

Ao longo dos últimos anos, as negociações coletivas no setor bancário estiveram marcadas pelas discussões em torno dos sucessivos planos de estabilização econômica e seus efeitos sobre os níveis de remuneração e de emprego nos bancos. A preocupação com um novo corte de empregos no sistema financeiro voltou à ordem do dia em 1994, com o anúncio de demissões por várias empresas do setor. Argumentando que a redução das taxas de inflação teria impactos sobre o segmento, alguns bancos se anteciparam à própria estabilização e voltaram a demitir num ritmo acelerado. Em 1995, sob o impacto de liquidações, intervenções e fusões de bancos, os cortes se intensificaram.

Ao mesmo tempo, o período em questão contemplou uma profunda alteração da forma de atuação dos conglomerados financeiros. De um lado, houve a redefinição de suas estratégias de mercado, que passaram pelo crescimento da captação de recursos externos, participação em processos de privatização ou fusão de empresas, operações de engenharia financeira etc. Por outro lado, houve a adoção de novas técnicas de gestão da mão-de-obra (terceirização, qualidade total etc.), acompanhadas pela ampliação acelerada dos programas de automação.

Diante disso, não chega a surpreender que o tema “emprego” tenha passado a ocupar uma crescente prioridade nas pautas de reivindicações do sindicalismo bancário, quer seja em seus aspectos quantitativos, quer seja em suas características qualitativas. Com efeito, mais que uma mera redução de postos de trabalho, o que parece estar em jogo é a própria definição do perfil da categoria bancária.

Essa renovada importância do tema orientou o desenvolvimento de alguns trabalhos no âmbito do DIEESE destinados a explorar os principais aspectos da evolução do emprego no sistema financeiro. De início, buscamos determinar o comportamento do nível de emprego, dos desligamentos e admissões, da rotatividade e da distribuição espacial dos postos de trabalho. Constatou-se, então, a necessidade de estender a investigação às mudanças na composição do emprego. O período escolhido para análise foi de 1989 a 1995, de modo a cobrir os efeitos das duas principais tentativas recentes de estabilização econômica (os Planos Collor e Real), bem como captar as mudanças associadas à criação da figura dos bancos múltiplos. Para tanto, optamos por usar como base de dados o Cadastro criado pela Lei 4.923/65, que instituiu o registro mensal das admissões e desligamentos de empregados nas empresas regidas pela CLT.¹

Este texto procura apresentar de modo sintético algumas conclusões dessa série de trabalhos.² Na seção seguinte, tentamos situar algumas características básicas do segmento bancário no Brasil e suas transformações recentes, de modo a compor um pano de fundo para nossa análise. Na terceira seção, procede-se a uma descrição e tentativa de

¹ Optamos por trabalhar com informações referentes aos empregados em bancos comerciais, múltiplos e de investimento; não foram considerados, portanto, os trabalhadores em bancos de desenvolvimento, financeiras ou seguradoras.

² Os relatórios parciais estão citados na bibliografia como DIEESE (1994c; 1994d; 1994f; 1995a; 1995b; 1995c; 1995d; 1995e; 1995t) e SEADE e DIEESE (1994).

periodização da evolução do nível de emprego no segmento bancário, associando-se cada período às alterações conjunturais que pareceram determinar o ritmo de contratações/demissões no setor. A quarta seção analisa a rotatividade no setor, procurando relacioná-la às mudanças estruturais nas formas de gestão do trabalho pelos bancos e à alteração do perfil dos bancários. Na quinta seção, comentam-se diferenciações regionais da evolução do nível de emprego. Finalmente, são apresentadas algumas conclusões e possíveis desdobramentos para as negociações coletivas.

1. OS BANCOS NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E TRANSFORMAÇÕES RECENTES

O setor bancário brasileiro caracteriza-se pela presença de um grupo reduzido de grandes empresas atuando em termos nacionais. Desde a reforma bancária de 1964, o setor cresceu a partir do surgimento de grandes conglomerados e extensas redes de agências espalhadas por todo o país. Apoiados nos ganhos de floating proporcionados pelas elevadas taxas de inflação nas décadas de 70 e 80 e no financiamento da dívida pública, os bancos também se caracterizaram por sua alta lucratividade comparativamente a outros setores.³

Em 1986, os bancos passaram por um contexto até então inusitado. Com o congelamento de preços promovido pelo Plano Cruzado, a fonte de lucros derivada do processo inflacionário secou, ainda que momentaneamente. Com a queda de rentabilidade, o setor percebeu o inchaço de sua máquina administrativa e o gigantismo de sua rede de atendimento, adequadas a um regime inflacionário crônico, mas completamente disfuncionais em um contexto de estabilidade econômica. A essa constatação seguiu-se um rápido ajuste administrativo, que consistiu essencialmente na demissão de bancários. Naquele ano, 109 mil postos de trabalho foram eliminados no setor.⁴

No período seguinte, a inflação voltou a patamares elevados, mas os bancos permaneceram atentos aos riscos de uma queda da lucratividade quando fosse alcançada a estabilização da economia. Diante disso, o ajuste em suas estruturas teve continuidade, traduzindo-se em diferentes iniciativas.

Do ponto de vista institucional, o ajuste passou por um processo de desregulamentação, iniciado em 1988, às vésperas da promulgação da nova Constituição, quando o Banco Central autorizou a criação dos bancos múltiplos e permitiu a entrada de novas empresas no setor com o fim da exigência de carta-patente. A criação dos bancos múltiplos (ou universais) era reivindicação antiga dos banqueiros e, na prática, permitiu que os bancos pudessem operar com uma estrutura administrativa e operacional menor e mais ágil. Tendo os bancos comerciais à frente, os conglomerados financeiros eram, antes desta

³ Vide Doellinger (1991) e Silva (1991) para uma análise do desempenho e das disfunções do sistema financeiro neste período.

⁴ 4 Em contrapartida, a economia como um todo criou mais de um milhão de novos empregos com carteira assinada, o que amenizou o impacto dessa primeira onda de demissões no sistema financeiro.

desregulamentação, obrigados a criar empresas para atuar em cada mercado específico: investimentos, crédito imobiliário, financiamento ao consumidor etc. Tais empresas, que na verdade operavam a partir do banco comercial, passaram a ser então apenas carteiras ou departamentos deste.

A entrada de novos bancos no mercado deu-se principalmente através da transformação de corretoras e financeiras – via de regra ligadas a grandes grupos empresariais – em bancos de pequeno ou médio porte.

De outro lado, essas mudanças vieram acompanhadas do aumento dos investimentos em automação. Estando entre as primeiras empresas no país a fazerem uso de computadores, os bancos pautaram sua disputa no mercado pela busca de maior agilidade nas informações, característica reforçada pelos sofisticados esquemas de indexação que prevaleceram ao longo das últimas décadas. A partir de 1986, o processo de automação bancária perseguiu uma maior integração entre os bancos e seus clientes, intensificando-se o uso do capital instalado desde o início da década. Acompanhado de consideráveis investimentos em telecomunicações, difundiu-se o uso de redes locais e sistemas online, além dos serviços de auto-atendimento, home banking e “agências virtuais”.⁵

Ao mesmo tempo, as estratégias de mercado foram redefinidas, com a criação de novos produtos e serviços. Houve uma retomada da captação de recursos no exterior, o desenvolvimento de uma ampla variedade de fundos de aplicação (renda fixa, commodities, ações etc.), a estruturação de serviços de administração de patrimônios e de engenharia financeira, passando pela operacionalização de fusões, privatizações e aquisições de empresas. Deve-se ainda agregar a busca de uma diversificação patrimonial pelos principais grupos bancários, que se traduziu em investimentos em empresas do setor produtivo. É evidente que a opção entre estas estratégias variou conforme o nicho de mercado escolhido por cada banco, mas em todos os casos a visualização de um cenário de estabilização econômica foi decisiva para determinar o ritmo e a forma da reconversão perseguida.⁶

No segmento estatal, as pressões advindas de um ambiente mais competitivo e aquelas decorrentes da própria crise de financiamento do setor público levaram os bancos oficiais a iniciar um ajuste em suas estruturas, porém com um ritmo e intensidade marcadamente diferenciados.

Naturalmente, todas estas mudanças produziram conseqüências no processo de trabalho bancário, com a intensificação e diversificação das tarefas exercidas pelos funcionários, a adoção de novas formas de gestão da mão-de-obra e mudanças nas regras de contratação e remuneração dos trabalhadores. A natureza dessas alterações e seu impacto sobre o nível de emprego no setor serão discutidas nas seções seguintes.

2. MERCADO DE TRABALHO E EMPREGO BANCÁRIO

O início dos anos 90 ficou marcado por uma grave crise econômica. A ameaça latente de hiperinflação e a queda prolongada do nível de atividade deixaram mar-

⁵ Vide Ely (1993) para uma cronologia comentada da automação bancária no Brasil.

⁶ Vide Carvalho (1995) para uma análise destas mudanças.

cas profundas no mercado de trabalho. Ao lado disso, as diferentes políticas econômicas adotadas ao longo do período contribuíram, de uma maneira ou outra, para tornar mais difícil esta situação: quer sejam as políticas de estabilização, que impuseram controle monetário, corte de gastos públicos etc., quer sejam políticas estruturais, como a abertura comercial, que trouxe maior grau de concorrência aos produtores locais, ambas terminaram por agravar o desemprego, ao menos no curto-prazo.

Esse quadro fica claro quando observamos os dados sobre a evolução do emprego formal no Brasil. De janeiro de 1990 a dezembro de 1992, o número de trabalhadores celetistas com carteira assinada diminuiu quase 9%. Nos três anos seguintes houve apenas uma pequena recuperação, em função do crescimento econômico,⁷ que foi revertida ainda no final de 1995. Desse modo, o nível de emprego formal em dezembro de 1995 ainda era 8,7% menor que o registrado em janeiro de 1990.

Tomando-se os dados para a indústria de transformação, o quadro parece ainda mais grave. De cada seis postos de trabalho existentes em janeiro de 1990, um havia sido eliminado até o final de 1992. Em 1993 e 1994, o setor também acusou uma pequena recuperação do emprego (0,7% e 1,6%), mas muito inferior ao crescimento da produção,⁸ e que foi inteiramente anulada pela queda observada em 1995 (-4,5%).

A contrapartida dessa queda no emprego formal tem sido a chamada “precarização” do mercado de trabalho, entendida como o crescimento da participação de autônomos e trabalhadores sem carteira assinada no total das pessoas ocupadas, além do aumento do número de desempregados. Estudos recentes têm mostrado que a taxa de desemprego aberto só não foi maior nos últimos anos, em função do crescente papel absorvedor de mão-de-obra do segmento informal do mercado de trabalho.

É sobre esse pano de fundo que se desenvolveu a segunda onda de demissões no setor financeiro. Depois da queda abrupta do nível de emprego no setor em 1986, seguiu-se um período de três anos em que as admissões voltaram a superar o total de desligamentos, ainda que a um ritmo inferior ao dos demais segmentos da economia e insuficiente para recompor os 109 mil postos de trabalho queimados naquele ano. Assim, de 1987 a 1989 o número de bancários cresceu a uma taxa média de 0,2% ao mês, em meio a um conjunto de fatores (inflação elevada, juros reais em alta etc.) que permitiram ao sistema financeiro atingir níveis inéditos de lucratividade.⁹

O nível de emprego no setor permaneceu praticamente inalterado no primeiro trimestre de 1990, marcado pela expectativa em torno das medidas de política econômica que seriam adotadas pelo novo governo. Em março de 1990, o total de postos de trabalho chegou a 826 mil, o patamar mais elevado desde 1986.¹⁰ (tabela 1).

⁷ Entre 1993 e 1995, o crescimento anual do PIB foi de 4,2%, 5,8% e 4,2%, respectivamente (BCB, 1996: 11)

⁸ Nestes anos, a produção da industrial cresceu, respectivamente, 7,5% e 7,6% (BCB, 1996: 17).

⁹ Segundo a revista Exame (ano 25, nº 13, 23/06/93), a rentabilidade dos cinquenta maiores bancos brasileiros atingiu seu nível máximo em 1989, chegando aos 20,8% a.a.

¹⁰ Todas as informações relativas ao número de empregados são estimativas calculadas com base no

Tabela 1: Estoque Estimado de Empregos no Setor Financeiro
Bancos Comerciais, de Investimento etc.
Brasil, 1989-95

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
JAN	811.892	825.558	748.949	696.874	681.614	670.117	632.761
FEV	813.076	825.081	745.564	694.839	680.638	668.917	629.251
MAR	811.542	826.244	739.578	694.800	678.962	666.743	623.251
ABR	810.985	821.843	734.806	693.684	678.085	664.452	622.060
MAi	811.930	810.419	732.026	692.588	676.779	661.906	616.847
JUN	813.501	794.897	731.925	691.266	676.052	659.291	611.751
JUL	816.143	778.699	723.279	689.244	676.549	657.233	592.280
AGO	814.206	771.331	717.914	687.827	677.884	653.272	588.927
SET	815.249	768.287	714.089	687.843	677.574	650.022	585.350
OUT	818.580	763.105	708.751	686.376	676.396	646.236	581.758
NOV	822.688	758.466	703.729	684.171	673.438	641.292	577.436
DEZ	824.316	753.636	700.217	682.304	671.740	637.647	571.582
Média	815.342	791.464	725.069	690.151	677.140	656.427	602.813

Fonte: Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Lei 4923/65).

2.1. De março de 1990 ao final de 1991

O período seguinte, marcado pelo bloqueio do ativos financeiros promovido pelo Plano Collor, caracterizou-se por uma nova inflexão na trajetória do emprego bancário. Resistindo a qualquer perda patrimonial, os bancos deram início a mais uma fase de “ajustes”: tinha início a mais longa onda de demissões no setor financeiro de que se tem registro. Em apenas quatro meses, foram eliminados 5,8% dos postos de trabalho nos bancos – o equivalente a 47.545 empregados. Nos meses seguintes, as demissões prosseguiram num ritmo inferior, mas alto o bastante para caracterizar o quadro como dramático. Ao final do primeiro ano da decretação do Plano Collor, o número total de bancários tinha sido reduzido em 10,5%, ou seja, um corte de 86 mil empregos. Até o final de 1991, o saldo acumulado apontava a eliminação de mais de 126 mil empregos no setor, uma redução de 15,3% do quadro de pessoal nos bancos. Desta vez, ao contrário do ocorrido em 1986, as demissões nos bancos coincidiram com a queda do emprego nos demais setores da economia, tornando limitadas as oportunidades de uma recolocação dos bancários demitidos (tabelas 1, 2 e 3).

estoque fornecido pela RAIS para 1º de janeiro de 1994 e no número de admitidos e dispensados informado pelo cadastro da Lei 4923/65. Optou-se por não atualizar os estoques com base no dado de 1º de janeiro de 1996 (já disponível), para facilitar a comparação com as séries que constam em trabalhos divulgados anteriormente. De todo modo, vamos nos referir na maior parte das vezes às variações (absolutas e relativas) e proporções do nível de emprego, que não serão afetadas pela mera atualização das estimativas de estoque.

Tabela 2: Variação Mensal do Estoque de Empregos no Setor Financeiro
Bancos Comerciais, de Investimento etc. Brasil, 1989-95

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
JAN	0,2%	0,2%	-0,6%	-0,5%	-0,1 %	-0,2%	-0,8%
FEV	0,1%	-0,1 %	-0,5%	-0,3%	-0,1 %	-0,2%	-0,6%
MAR	-0,2%	0,1 %	-0,8%	0,0%	-0,2%	-0,3%	-0,9%
ABR	-0,1 %	-0,5%	-0,6%	-0,2%	-0,1 %	-0,3%	-0,3%
MAi	0,1%	-1,4%	-0,4%	-0,2%	-0,2%	-0,4%	-0,8%
JUN	0,2%	-1,9%	0,0%	-0,2%	-0,1 %	-0,4%	-0,8%
JUL	0,3%	-0,2%	-1,2%	-0,3%	0,1%	-0,3%	-3,2%
AGO	-0,2%	-0,9%	-0,7%	-0,2%	0,2%	-0,6%	-0,6%
SET	0,1 %	-0,4%	-0,5%	0,0%	0,0%	-0,5%	-0,6%
OUT	0,4%	-0,7%	-0,7%	-0,2%	-0,2%	-0,6%	-0,6%
NOV	0,5%	-0,6%	-0,7%	-0,3%	-0,4%	-0,8%	-0,7%
DEZ	0,2%	-0,6%	-0,5%	-0,3%	-0,3%	-0,6%	-1,0%

Fonte: Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Lei 4923/65).

2.2. Entre 1992 e 1993

A partir do início de 1992, o ritmo dos cortes passa a diminuir. O total de empregados do setor continuou declinando, mas a uma taxa entre -0,1 % e -0,3% ao mês, contra taxas mensais de -0,4% a -2,0% no período anterior. Houve inclusive meses em que o estoque de empregos se estabilizou ou apresentou um ligeiro crescimento: primeiro, em setembro de 1992, depois em julho, agosto e setembro de 1993 (tabela 2).

Essa desaceleração do processo de “enxugamento” pode ser melhor acompanhada com base na variação do número de empregados em doze meses: a partir de fevereiro de 1992, esse indicador declina de um patamar de -7% para níveis próximos a -1,5% em dezembro de 1993 (tabela 3).

Tabela 3: Variação Acumulada do Estoque de Empregos no Setor Financeiro (nos doze meses anteriores) Bancos Comerciais, de Investimento etc. Brasil, 1989-95

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
JAN	n.d.	1,7%	-9,3%	-7,0%	-2,2%	-1,7%	-5,6%
FEV	n.d.	1,5%	-9,6%	-6,8%	-2,0%	-1,7%	-5,9%
MAR	n.d.	1,8%	-10,5%	-6,1 %	-2,3%	-1,8%	-6,4%
ABR	2,3%	1,3%	-10,6%	-5,6%	-2,2%	-2,0%	-6,4%
MAi	1,9%	-0,2%	-9,7%	-5,4%	-2,3%	-2,2%	-6,8%
JUN	1,7%	-2,3%	-7,9%	-5,6%	-2,2%	-2,5%	-7,2%
JUL	1,7%	-4,6%	-7,1 %	-4,7%	-1,8%	-2,9%	-9,9%
AGO	1,3%	-5,3%	-6,9%	-4,2%	-1,4%	-3,6%	-9,8%
SET	1,2%	-5,8%	-7,1 %	-3,7%	-1,5%	-4,1 %	-9,9%
OUT	1,3%	-6,8%	-7,1 %	-3,2%	-1,5%	-4,5%	-10,0%
NOV	1,3%	-7,8%	-7,2%	-2,8%	-1,6%	-4,8%	-10,0%
DEZ	1,7%	-8,6%	-7,1 %	-2,6%	-1,5%	-5,1 %	-10,4%

Fonte: Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Lei 4923/65)

Dada a natureza da relação entre ganhos do sistema financeiro e o processo inflacionário no Brasil, é bastante sugestivo que a atenuação do ritmo de demissões nos bancos tenha se dado aproximadamente no mesmo período em que as taxas mensais de inflação voltaram a patamares acima de 20% e, ao mesmo tempo, se consolidava no governo federal uma linha de política econômica que propugnava o combate à inflação sem o recurso a terapias de choque.¹¹

2.3. Os anos de 1994 e 1995

O total de bancários chegou a 670 mil em janeiro de 1994, estoque que era 18,9% inferior ao de março de 1990; um corte de 156 mil empregos em menos de quatro anos.

Entretanto, o ajuste no sistema financeiro ainda não havia sido concluído. Ao contrário, a partir daquele mês o corte de postos de trabalho voltou a se intensificar. A taxa anual de variação do nível de emprego chegou a -5,1 % em 1994, atingindo -10,4% no ano seguinte, essa última só comparável à redução observada nos primeiros doze meses após o Plano Collor. Desse modo, o total de bancários no final de 1995 era estimado em 571 mil, o menor em toda a série analisada e 30,8% inferior ao existente antes do início da onda de demissões.

Mais uma vez, não é casual que a alteração no comportamento do nível de emprego tenha se dado no momento em que o governo federal voltou a sinalizar com medidas destinadas a permitir uma queda rápida das taxas de inflação.¹² Assim, o ritmo do ajuste no setor financeiro esteve sintonizado à percepção que os administradores dos bancos tiveram em cada período da maior ou menor proximidade de um cenário de estabilidade econômica.

Finalmente, é preciso levar em conta que os dados apresentados até aqui tratam a categoria de forma abrangente, sem distinguir entre movimentos no setor privado e público. Neste último – a despeito das demissões em alguns bancos estaduais e, mais recentemente, no Banco do Brasil – houve uma maior estabilidade nos empregos em relação ao restante do sistema financeiro. Assim, é forçoso concluir que o quadro descrito não reflete toda a extensão dos ajustes em curso nos bancos privados, particularmente entre os bancos de rede. Os dados recolhidos para três dos maiores bancos privados corroboram esta hipótese (tabela 4). Mesmo não se tratando de informações extraídas da mesma fonte,¹³ as diferenças entre as variações do emprego no conjunto do sistema financeiro e em cada um dos bancos são suficientemente expressivas para respaldar nossa afirmação.

¹¹ Segundo o IGP-DI, a inflação saltou para 25,9% em setembro de 1991, mas recuou até atingir 18,5% em abril de 1992. A partir daí, tem início um novo processo (lento, mas persistente) de aceleração inflacionária.

¹² Em julho de 1993 foi anunciado o Plano de Ação Imediata (PAI) da nova equipe econômica, que continha apenas diretrizes genéricas de política econômica. As discussões em torno da política de estabilização foram ganhando corpo ao longo do segundo semestre do ano, até que, em fevereiro de 1994, o governo anunciou a primeira etapa do Plano Real.

¹³ Os dados por banco foram tirados dos relatórios das administrações que integram suas demonstrações

TABELA 4: Total de Empregados no Setor Financeiro
e em Bancos Selecionados Brasil, 1988-95

	Dez/88	Dez/89	Dez/90	Dez/91	Dez/92	Dez/93	Dez/94	Dez/95	Varição Acumulada
Bradesco	114.000	104.269	91.647	75.092	68.031	63.549	60.742	52.866	-53,6%
Banco Itaú	84.169	77.499	60.865	49.433	42.679	40.830	37.119	36.636	-56,5%
Bamerindus	36.015	40.671	39.153	34.397	31.489	31.325	30.434	28.127	-21,9%
Total Setor	810.490	824.316	753.636	700.217	682.304	671.740	637.647	571.582	-29,5%

Fonte: Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Lei 4923/65); Relatório Anual das Administrações
Obs.: O número de bancários do Banco Itaú em 1995 está superestimado, pois inclui empregados em empresas contratadas pelo grupo.

3. ROTATIVIDADE E PERFIL DA CATEGORIA¹⁴

3.1. O comportamento da rotatividade

O movimento de redução de postos de trabalho que teve início com a edição do Plano Collor combinou o aumento dos desligamentos com uma diminuição acentuada do número de contratações. Enquanto em 1989 a média mensal de admissões foi de 17.411 (2,1% do estoque médio anual de empregados), em 1990 esse número caiu para 11.524 (1,5% do estoque médio). Quanto aos desligamentos, a média mensal passou de 16.259 (2,0%) para 17.414 (2,2%). Isso é suficiente para entender a queda sensível da taxa de rotatividade no setor em 1990. O giro de pessoal nos bancos foi drasticamente reduzido, pois se tratava sobretudo de acelerar a redução dos postos de trabalho, limitando as recontrações ao mínimo indispensável (tabela 5).

Tabela 5: Rotatividade no Setor Financeiro Bancos Comerciais, de Investimentos etc.

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
JAN	1,8%	1,8%	1,8%	1,5%	1,8%	1,5%	1,3%
FEV	1,7%	1,7%	1,2%	1,7%	1,3%	1,3%	1,2%
MAR	1,7%	1,7%	2,4%	2,1%	1,7%	1,4%	1,4%
ABR	1,8%	1,3%	2,1%	1,7%	1,6%	1,5%	1,3%
MAi	2,1%	0,9%	2,2%	1,7%	1,4%	1,6%	1,3%
JUN	2,4%	1,3%	2,4%	1,6%	1,7%	1,3%	1,3%

financeiras anuais. Não há, portanto, como assegurar que esses dados sejam integralmente compatíveis com as informações do cadastro da Lei 4923/65.

¹⁴ Para o cálculo da taxa de rotatividade, adotou-se o mesmo critério empregado pelo Ministério do Trabalho nas análises de dados do cadastro da Lei 4923/65: a razão entre o total de admissões ou desligamentos (o que for menor) no mês e o total de empregados no mês anterior.

JUL	2,3%	1,3%	2,2%	1,8%	1,9%	1,3%	1,5%
AGO	2,0%	1,4%	1,8%	1,8%	1,8%	1,4%	1,9%
SET	2,3%	1,5%	1,5%	1,7%	1,0%	1,0%	1,6%
OUT	2,0%	1,4%	1,6%	1,5%	1,2%	1,1%	1,0%
NOV	1,8%	1,5%	1,7%	1,5%	1,0%	1,0%	1,2%
DEZ	1,5%	1,2%	1,5%	1,2%	1,1%	0,9%	0,0%
Média	2,0%	1,4%	1,9%	1,7%	1,5%	1,3%	1,3%

Fonte: Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Lei 4923/65).

Entretanto, a rotatividade voltou a crescer em 1991, chegando a níveis próximos dos verificados antes do início do ajuste. Isso ocorreu a despeito dos bancos continuarem perseguindo uma redução do seu quadro de funcionários ao longo daquele ano. Com efeito, a média mensal de desligamentos continuou a subir, mas as contratações voltaram a crescer em 1991.¹⁵ Como entender essa mudança na rotatividade?

Levando-se em conta os baixos níveis de salário real no período, é pouco provável que o crescimento da rotatividade reflita apenas uma tentativa adicional de reduzir os custos com a folha. Alguns indícios sugerem que o giro de pessoal nos bancos, ao longo desse período, estava relacionado também a uma tentativa de mudança do perfil do quadro de empregados.

Mais do que um ajuste conjuntural, a redução do quadro e o giro dos empregados refletiriam uma reestruturação do sistema financeiro. Essa mudança incluiria a busca de:

- uma estrutura de custos que viabilizasse a manutenção do padrão histórico de lucratividade do setor, mesmo em um cenário de inflação baixa;
- uma estrutura de recursos humanos qualificada para atuar em um ambiente de alta produtividade e capacitada para desempenhar um conjunto mais amplo e complexo de tarefas.¹⁶

Em síntese, o que esses elementos sugeriam é que o comportamento da rotatividade se explicaria não apenas pela tentativa de reduzir custos, mas também por uma política de renovação do quadro de pessoal, que visaria adequá-lo ao ritmo de automação e às novas formas de gestão do trabalho que foram sendo introduzidas em grau diferenciado, mas de maneira inequívoca, no setor.

Se esta hipótese estivesse correta, a queda da taxa média de rotatividade a partir de 1992 estaria refletindo a nova composição do emprego no setor. Com um quadro de pessoal mais qualificado e com maior produtividade, tendo incorrido em maiores custos de treinamento, seria natural que as empresas mantivessem seus

¹⁵ A média mensal de desligamentos passou a 18.032 (2,5% do estoque médio de empregados) enquanto a média mensal de admissões cresceu para 13.581 (1,9%).

¹⁶ O projeto "Qualidade em Atendimento", desenvolvido pela Comissão de Organização e Métodos da Febraban, é explícito quanto à necessidade da reciclagem dos funcionários e da ampliação e flexibilização das tarefas desempenhadas pelos bancários para fazer frente às mudanças no modelo de funcionamento das agências bancárias recomendadas pela Comissão. Para uma análise desse projeto, ver DIEESE (1993c; 1994h).

empregados por um período mais longo, reduzindo-se, em decorrência, a taxa de rotatividade (tabela 5).

3.2. A mudança do perfil da categoria

A hipótese levantada para explicar o comportamento da rotatividade nos bancos colocou a necessidade de investigar a ocorrência de mudanças no perfil dos empregados do setor. Tal análise foi feita com base nos dados da PED-grande São Paulo (SEADE e DIEESE, 1994).¹⁷ Em linhas gerais, esse levantamento mostrou uma mudança na composição dos empregados em bancos que corresponde ao sugerido acima. Assim, podemos resumir as conclusões do trabalho em dois grandes blocos. Quanto ao perfil funcional (grupos ocupacionais) dos bancários observou-se:

- o crescimento da participação dos ocupados classificados em cargos de gerência (de 8%, em 1988, para 17%, em 1993);
- a queda na participação dos postos de chefia intermediária (de 10%, em 1988, para 6%, em 1993), associada à queda das atividades de controle e supervisão, que passam a ser confiadas às próprias “equipes de trabalho” ou aos equipamentos automatizados, e à redistribuição de tarefas;
- a redução das funções ligadas a serviços internos das agências (escriturários e auxiliares), que passaram de 36% para 24%, entre 1988 e 1993, ligada principalmente à introdução de procedimentos automatizados;
- um pequeno aumento da participação das ocupações ligadas ao atendimento nos caixas, de 13% para 15%, no mesmo período;
- e, finalmente, uma queda dos ocupados em atividades ligadas à conservação, vigilância e limpeza (de 7%, em 1988, para 3%, em 1993), setores que foram os mais atingidos pelo processo de terceirização.¹⁸ (SEADE e DIEESE, 1994: 11-12)

Por outro lado, essas mudanças ocupacionais determinaram uma alteração do perfil dos empregados nestas atividades: “Estas parecem ter ocorrido para adequar, às demandas das empresas, as características individuais de seus funcionários, em especial quanto à sua capacidade de absorver a intensificação do ritmo de trabalho, ao uso adequado de equipamento eletrônico e ao maior controle de suas tarefas” (SEADE e DIEESE, 1994: 13).

Assim, observou-se:

- a manutenção da relativa predominância de homens (56,5%, em 1988, e 57,5% em 1993);
- um progressivo envelhecimento entre os ocupados no setor. A participação

¹⁷ Na época em que o estudo foi desenvolvido, as informações da RAIS para o período analisado não estavam disponíveis. Isso determinou a opção por uma análise baseada em dados para São Paulo. De todo modo, os empregados na região metropolitana dessa cidade compunham cerca de 23% da categoria (ver a próxima seção desse trabalho).

¹⁸ 18 Para uma análise da terceirização nos bancos, ver DIEESE (1994b).

de indivíduos entre 18 e 24 anos passou de 38% para 30%, entre 1988 e 1993; por outro lado, a participação dos ocupados na faixa de 31 a 39 anos passou de 20% para 27%, no mesmo período;

- com respeito à posição na família, cresceu a participação dos segmentos representados pelos chefes de domicílio (de 32% para 35%) e cônjuges (de 14% para 16%); – crescimento dos ocupados com terceiro grau completo ou incompleto (de 30% para 41 %), provavelmente associado ao crescimento de ocupações que exigem maior responsabilidade e/ou qualificação;
- um aumento da proporção daqueles que permaneceram na empresa por mais de três anos, que passou de 43%, em 1989, para 58%, em 1993 (SEADE e DIEESE, 1994: 13-15).

4. UM MAPA DO EMPREGO BANCÁRIO

Finalmente, resta-nos verificar se o processo de redução do nível de emprego afetou a distribuição espacial da categoria ou se impactou homogeneamente as diferentes regiões. Chama a atenção, desde o início, a extrema concentração dos postos de trabalho do setor financeiro em algumas áreas. Tomando-se a distribuição que prevalecia em 1989, é possível constatar que:

- mais de um terço dos bancários trabalhavam nas cidades que compõem as regiões metropolitanas de São Paulo (24,4%) e do Rio de Janeiro (11,5%);
- cerca da metade dos empregados no setor estavam nas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza;
- mais de um terço dos empregados encontravam-se no estado de São Paulo (36,5%);
- mais da metade dos bancários encontravam-se em apenas três estados: São Paulo (36,5%), Rio de Janeiro (11,8%) e Minas Gerais (9,6%) (tabelas 6 e 7).

Essa concentração reflete o volume de operações financeiras desenvolvidas nessas cidades, como também uma centralização das sedes e unidades administrativas dos bancos em São Paulo, e em menor medida, no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba. Note-se ainda que essa concentração se reproduz também no interior de cada estado: a maioria das capitais (áreas metropolitanas) citadas reúne cerca da metade dos bancários de seus respectivos estados (tabelas 6 e 7).

Por outro lado, verificamos que a dinâmica das admissões e desligamentos nos últimos seis anos obedeceu a ritmos diferenciados em cada estado ou área metropolitana. Em todos houve perda de postos de trabalho, mas em alguns os cortes foram mais intensos. Os parágrafos seguintes analisam essas diferenciações e esboçam algumas hipóteses para explicá-las.

Tabela 6: Participação no Total do Emprego Bancário (médias anuais)
Bancos Comerciais, de Investimento etc. Áreas Metropolitanas e DF, 1989-95

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
São Paulo	24,4%	23,7%	23,4%	23,1 %	23,0%	22,9%	23,0%
Rio de Janeiro	11,5%	11,2%	11,0%	11,0%	10,7%	10,4%	10,3%
Belo Horizonte	3,7%	3,8%	3,9%	4,1%	4,3%	4,3%	4,3%
Porto Alegre	3,7%	3,7%	4,1 %	4,4%	4,4%	4,4%	4,5%
Recife	2,1%	2,1%	2,1 %	2,1 %	2,0%	2,0%	2,0%
Salvador	1,8%	1,9%	2,0%	2,1 %	2,1%	2,1%	2,0%
Curitiba	2,8%	3,0%	3,1%	3,2%	3,2%	3,2%	3,3%
Fortaleza	1,6%	1,7%	1,7%	1,8%	1,9%	1,9%	1,9%
DF	2,4%	2,5%	2,6%	2,8%	2,9%	2,9%	2,9%
Total	53,8%	53,6%	54,0%	54,4%	54,4%	54,2%	54,1%

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Lei 4923/65).

Tomando por base os dados para as oito maiores regiões metropolitanas¹⁹ e o Distrito Federal, é fácil constatar uma primeira diferenciação entre o comportamento do emprego bancário no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, e o padrão verificado nas demais áreas. Enquanto nas três primeiras o ritmo de redução de postos de trabalho foi mais intenso que a média nacional, as demais regiões ganharam em participação no total de empregados do setor, apesar de também perderem em números absolutos. Esta diferença de comportamento exige alguma explicação (tabela 6).

Com efeito, ela já podia ser observada desde 1989. Ao longo daquele ano, o nível de emprego bancário no país apresentou um crescimento de 1,7%. Um comportamento semelhante foi verificado entre a maioria das regiões metropolitanas, que apresentaram um aumento ou relativa estabilidade no número de trabalhadores. Entretanto, nas regiões metropolitanas do Rio e São Paulo, o total de postos de trabalho no setor bancário já dava mostras de um leve declínio.

Mas é no ano seguinte que a diferença de comportamento fica mais evidente. Comparando os níveis médios de emprego em 1990 e no anterior, observou-se uma queda da ordem de 5% no Rio e em São Paulo, bastante superior à média observada nas demais regiões metropolitanas.²⁰ Com isso, a participação de São Paulo e do Rio no total nacional de bancários declina em 0,7 e 0,3 pontos percentuais, respectivamente, enquanto nas demais áreas metropolitanas analisadas essa participação mantém-se estável (em Porto Alegre e Recife) ou cresce (nas demais e no Distrito Federal).

¹⁹ Quais sejam, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza.

²⁰ Vale notar que em algumas regiões metropolitanas a comparação entre os dados de 1989 e 1990 acusa um crescimento do estoque médio de empregados, a despeito das demissões pós-Plano Collor. Trata-se de um reflexo defasado do crescimento do número de bancários nos últimos meses de 1989 e no início de 1990.

Em 1991, observa-se o mesmo fenômeno. Em São Paulo e no Rio, o corte de empregos no setor chega a cerca de 10%, uma queda muito maior do que a verificada nas demais regiões metropolitanas, que mantêm uma participação estável (ou até crescente) no total de bancários, enquanto as duas maiores áreas metropolitanas veem declinar sua participação.

Tabela 7: Participação no Total do Emprego Bancário (médias anuais)
Bancos Comerciais, de Investimento etc Estados e Regiões, 1989-95

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Rio Grande do Sul	7,5%	7,5%	8,0%	8,2%	8,3%	8,3%	8,4%
Santa Catarina	3,2%	3,2%	3,1 %	3,1 %	3,2%	3,2%	3,3%
Paraná	6,2%	6,4%	6,5%	6,5%	6,5%	6,6%	6,7%
Região Sul	16,9%	17,1 %	17,6%	17,9%	17,9%	18,1 %	18,3%
São Paulo	36,5%	35,8%	35,3%	34,8%	34,6%	34,5%	34,4%
Minas Gerais	9,6%	10,0%	10,2%	10,5%	10,7%	10,7%	10,8%
Rio de Janeiro	12,7%	12,5%	12,3%	12,2%	11,9%	11,7%	11,5%
Espírito Santo	1,4%	1,6%	1,6%	1,7%	1,7%	1,7%	1,7%
Região Sudeste	60,3%	59,8%	59,3%	59,2%	58,9%	58,6%	58,4%
Bahia	3,3%	3,4%	3,4%	3,4%	3,5%	3,4%	3,3%
Sergipe	0,6%	0,6%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%
Alagoas	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%
Pernambuco	2,8%	2,9%	2,8%	2,7%	2,6%	2,6%	2,5%
Paraíba	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%	0,8%
Rio Grande do Norte	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%
Ceará	2,1%	2,1%	2,2%	2,2%	2,3%	2,3%	2,3%
Piauí	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
Maranhão	0,8%	0,9%	0,9%	0,8%	0,9%	0,9%	0,9%
Região Nordeste	12,5%	12,7%	12,7%	12,5%	12,6%	12,6%	12,4%
Pará	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%
Amapá	0,1 %	0,1%	0,1%	0,1 %	0,1%	0,1%	0,1%
Amazonas	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%
Roraima	0,1%	0,1 %	0,1%	0,1%	0,1%	0,1 %	0,1 %
Acre	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Rondônia	0,5%	0,5%	0,5%	0,4%	0,4%	0,5%	0,4%
Tocantins	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Região Norte	3,2%	3,1 %	3,0%	2,9%	2,9%	2,9%	2,9%
Mato Grosso	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
Mato Grosso do Sul	1,2%	1,2%	1,2%	1,2%	1,2%	1,2%	1,2%
Goiás	2,5%	2,6%	2,6%	2,6%	2,7%	2,7%	2,9%
Distrito Federal	2,4%	2,5%	2,6%	2,8%	2,9%	2,9%	2,9%
Região Centro-Oeste	7,1%	7,3%	7,4%	7,5%	7,7%	7,8%	7,9%
Total	100,0%	100%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Lei 4923/65).

Em resumo, tomando-se o total médio de empregados em 1995 e comparando-o com o de 1989, observamos uma queda superior a 30% em São Paulo (30,3%), no Rio (33,5%) e em Recife (30,1%). Para as demais áreas metropolitanas, a queda foi significativamente inferior, entre 10% e 13% em Belo Horizonte (13,0%), Porto Alegre (10,6%), Fortaleza (13,2%) e Curitiba (13,1%), chegando a 16,8% em Salvador.

Essa diferença é bastante acentuada para sugerir algumas pistas. Os dados indicam que o “ajuste” pós-plano Collor foi mais intenso justamente naquelas cidades que concentram as sedes dos maiores bancos privados. Isso sugere que o corte de empregos atingiu mais fortemente os setores administrativos dos bancos privados do que seus pontos de atendimento (agências) ou os bancos públicos.²¹ Ressalte-se ainda que a explicação sugerida se ajusta às consequências esperadas da introdução de novas técnicas de gerenciamento do trabalho.

Outra característica apontada pelos dados é a relativa estabilidade do emprego bancário no Distrito Federal, certamente determinada pela grande concentração de empregados em bancos públicos, sobretudo os federais.

Por outro lado, tomando-se os dados por estado, nota-se:

- uma perda de participação de São Paulo (de 36,5%, em 1989, para 34,4% em 1995) e Rio de Janeiro (de 12,7% para 11,5%);
- o crescimento da participação dos estados “médios”: Minas Gerais (de 9,6%, em 1989, para 10,8%, em 1995), Rio Grande do Sul (7,5% para 8,4%), Paraná (6,2% para 6,7%);
- uma relativa estabilidade ou queda na participação dos estados das regiões Nordeste (exceto o Ceará) e Norte, respectivamente.

A análise desses dados reforça e complementa a hipótese de que a queda no emprego foi mais intensa nos estados que concentram sedes (administrações) de bancos privados. Por outro lado, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná são estados nos quais os bancários empregados no setor privado estão majoritariamente alocados em pontos de atendimento. Além disso, contam com sedes de importantes bancos públicos. São, finalmente, estados que reúnem áreas com maior dinamismo econômico.²² Por sua vez, os estados da região Nordeste e Norte contam com uma predominância de empregados em bancos públicos, sendo provável que a queda de participação observada em parte desses estados deva ser creditada ao fechamento de agências (especialmente de bancos privados) em áreas com menor potencial de retorno.

²¹ Destoando desse padrão, o ritmo da queda do emprego em Recife desafia nossa explicação e aponta a necessidade de uma investigação mais aprofundada deste caso.

²² Esta última observação poderia ser estendida também ao estado do Ceará. Para uma discussão da reconfiguração regional da indústria no Brasil e das aglomerações industriais de maior magnitude e dinamismo, ver Diniz e Crocco (1995).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que foi dito anteriormente, restam algumas conclusões. Em primeiro lugar, a tendência constatada nos últimos anos de redução de postos de trabalho no setor financeiro não foge à regra em relação ao que ocorreu no mesmo período em outros segmentos econômicos, em especial na indústria. Além disso, o movimento do emprego no setor financeiro e em outros setores esteve estreitamente associado às políticas de racionalização e modernização adotadas pelas empresas, que transformaram o processo produtivo, introduziram novos produtos e novas técnicas de gerenciamento da produção e da mão-de-obra e alteraram o perfil médio dos empregados. Com isso, as empresas puderam auferir ganhos significativos de produtividade que, no caso dos bancos, ficam evidenciados no crescimento de 10,8% no número de agências entre o início de 1989 e o final de 1993, apesar da redução do quadro de pessoal. Entretanto, como os dados do cadastro da Lei 4923/65 apontam, é preciso ressaltar que a queda do número de empregados nos bancos (29,6% entre janeiro de 1989 e dezembro de 1995) foi muito mais intensa que a ocorrida na indústria e no conjunto da economia. Além disso, ao contrário dos demais segmentos, a retomada do crescimento a partir de 1993 e a recente estabilização da economia não trouxeram qualquer sinal de recuperação no nível do emprego bancário.

Em segundo lugar, constatou-se a presença de uma forte concentração espacial dos postos de trabalho nos bancos. A despeito da tendência de redução do número de bancários ter sido observada em todos os estados e nas principais áreas metropolitanas do país, a queda foi muito mais acentuada em algumas regiões, particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Por outro lado, a análise da rotatividade e do perfil dos empregados no setor financeiro mostram que a disseminação da automação, os investimentos em telecomunicações, a adoção de técnicas como o *just-in-time* e a terceirização, e a necessidade de desenvolvimento de novos produtos e serviços provocaram mudanças significativas na composição da categoria.

Finalmente, é importante notar que tais mudanças vêm acontecendo à margem de qualquer tipo de negociação entre os bancários e seus patrões, tanto no que se refere ao ritmo das demissões, como no que diz respeito às alternativas existentes para as transformações gerenciais e tecnológicas adotadas.²³ Desse modo, do ponto de vista sindical, o desafio se desdobra em várias frentes. De um lado, compreender as mudanças na composição da categoria, de modo a saber interpretar as novas demandas dos trabalhadores quanto à qualificação, expectativa de carreira, remuneração etc. De outro lado, superar as precárias condições de organização sindical nos locais de trabalho, aumentando o conhecimento dos sindicatos sobre o funcionamento in-

²³ Sobre os reflexos dessas mudanças nas negociações coletivas do setor, ver Amorim (1995).

terno das empresas e, desta forma, capacitando-os a proporem alternativas para a organização do processo de trabalho. Finalmente, avaliar de que maneira as mudanças em curso afetam os rumos das negociações coletivas no setor, tanto em termos da oportunidade de novos espaços de barganha, como em relação à própria estrutura do processo negocial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Wilson A. C. (1995) “Setor Bancário Brasileiro: a busca de novos rumos para a negociação coletiva”. *RELASUR: Revista de Relaciones Laborales en America Latina-Cano Sur*, nº 7.
- BCB (1996) *Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório 1995*. Brasília, vol. 32.
- CARVALHO, Carlos E. (1995) *Bancos e inflação no Brasil: comentários depois do Plano Real*. São Paulo (mimeo).
- DIEESE (1993a) “Desempenho dos bancos privados em 1992”. *Estudos Setoriais DIEESE*, nº 1. São Paulo, DIEESE/CNB-CUT/FEEB-SP.
- DIEESE (1993 b) “Emprego bancário: tendências recentes”. *Boletim DIEESE*, nº 150, ano XII, setembro.
- DIEESE (1993c) “O projeto de ‘Qualidade em Atendimento’ do sistema bancário”. *Boletim DIEESE*, nº 153, ano XII, dezembro/1993. [replicado em DIEESE (1994e)].
- DIEESE (1994a) Desempenho dos bancos privados em 1993. *Estudos Setoriais DIEESE*, nº 3. Rio de Janeiro, DIEESE/SEEB-RJ.
- DIEESE (1994b) *Terceirização e reestruturação produtiva do setor bancário no Brasil. Setoriais DIEESE*, nº 2. Vitória, DIEESE/SEEB-ES.
- DIEESE (1994c) *Mercado de trabalho e emprego bancário no Brasil: 1989 a 1994*. Belo Horizonte (mimeo).
- DIEESE (1994d) *O emprego bancário no estado de São Paulo: 1989 a 1994*. São Paulo (mimeo).
- DIEESE (1994e) *Trabalho e reestruturação produtiva: dez anos de linha de produção*. São Paulo, DIEESE.
- DIEESE (1994f) *O emprego bancário no estado do Paraná: 1989 a 1994*. Curitiba (mimeo).
- DIEESE (1994g) “Desemprego volta a ameaçar os bancários”. *Boletim DIEESE*, nº 161, ano XIII, agosto.
- DIEESE (1994h) *Os programas de qualidade total e o setor bancário*. Vitória (mimeo).
- DIEESE (1995a) *Mercado de trabalho e emprego bancário no Distrito Federal: 1989 a 1994*. Brasília (mimeo).
- DIEESE (1995b) *O emprego bancário em Santa Catarina: 1989 a 1994*. Florianópolis (mimeo).
- DIEESE (1995c) *O emprego bancário no estado do Rio Grande do Sul: 1989/1994*. Porto Alegre (mimeo).
- DIEESE (1995d) *O emprego bancário no estado da Bahia e as mudanças no setor financeiro com o Governo FHC*. Salvador (mimeo).
- DIEESE (1995e) *Tendências do emprego bancário em Minas Gerais*. Belo Horizonte (mimeo).
- DIEESE (1995f) *O emprego no sistema financeiro no Rio de Janeiro entre 1989 e 1994*. Rio de Janeiro (mimeo).
- DIEESE (1995g) “Automação nas agências bancárias em cidades de porte médio: o caso de Juiz de Fora”. *Estudos Setoriais DIEESE*, nº 5. São Paulo/Juiz de Fora, DIEESE/SEEB-JF /CNB-CUT.
- DINIZ, Clélio Campolina & CROCCO, Marco A. (1995) “O novo mapa da indústria brasileira: aglomerações industriais relevantes”. In *Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira*, vol. 2. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG.

- DOELLINGER, Carlos von (1991) “Reordenação do sistema financeiro”. In *Perspectivas da Economia Brasileira – 1992*. Rio de Janeiro, IPEA.
- ELY, Helena B. (1993) *Mudanças tecnológicas nos bancos brasileiros*. São Paulo, SEEB-SP (mimeo).
- SEADE e DIEESE (1994) “Os bancários da grande São Paulo: trajetória recente da ocupação”. Suplemento do *Boletim da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo*, nº 114. São Paulo, SEADE.
- SILVA, Salomão L.Q. (1991) “Sistema financeiro: participação na renda, funções e disfunções”. In José Márcio Camargo e Fábio Giambiagi, orgs., *Distribuição de Renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

